

PRIMEIRA PARTE

GESTÃO REGIONAL E GLOBALIZAÇÃO

* Segundo o artigo 1º da Constituição da República Portuguesa, o território da República Portuguesa compreende o território continental, o arquipélago da Madeira e o arquipélago dos Açores.

** Segundo o artigo 1º da Constituição da República Portuguesa, o território da República Portuguesa compreende o território continental, o arquipélago da Madeira e o arquipélago dos Açores.

*** Segundo o artigo 1º da Constituição da República Portuguesa, o território da República Portuguesa compreende o território continental, o arquipélago da Madeira e o arquipélago dos Açores.

PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Alternativas Sustentáveis para o Médio Vale do Itajaí*

Ivo M. Theis **

Resumo

Este artigo analisa alternativas para o Médio Vale do Itajaí (MVI), região localizada no nordeste do Estado de Santa Catarina, na perspectiva de um planejamento do desenvolvimento regional sustentável. Examina-se, inicialmente, o contexto internacional, com especial atenção à transição do fordismo para o que alguns analistas consideram ser um “novo” modelo de desenvolvimento. Aí são abordados a globalização, a flexibilidade e os novos espaços industriais. Em seguida, o artigo se concentra sobre a crise do fordismo periférico e a reestruturação produtiva no Brasil. Contudo, maior atenção é dedicada à caracterização da presente crise da economia regional, com ênfase no papel aí desempenhado pela indústria têxtil, e à sustentabilidade do desenvolvimento regional. O artigo conclui com um exame das alternativas consideradas econômica, social e ecologicamente “sustentáveis” para o MVI.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; globalização; Médio Vale do Itajaí (MVI); modelo de desenvolvimento; planejamento; regulação; sustentabilidade.

Abstract

This article discusses alternatives for the northeastern region of the State of Santa Catarina (Itajaí Middle Valley) from the perspective of a sustainable regional development planning. It begins examining the international context - with special attention to the transition from fordism to which some analysts take as a new development model. At this point it also approaches matters like globalization, flexibility and new industrial spaces. It follows by analyzing the crisis of peripheral fordism and industrial restructuring in Brazil. However most attention is given to the characterization of the present crisis of the

* Baseado em *paper* preparado para a instalação do Fórum de Desenvolvimento Regional do Médio Vale do Itajaí (FDRMVI), que teve lugar em Blumenau (SC) aos 19 de março de 1998.

** Economista, Doutor em Geografia Econômica pela Universität Tübingen (Alemanha), professor e pesquisador da Universidade Regional de Blumenau, membro da Comissão de instalação do FDRMVI.

regional economy - with emphasis on the role of textile industry - and to the sustainability of regional development. The article closes with the examination of alternatives considered (economic, social and ecologically) sustainable for the Itajaí Middle Valley.

Keywords: development model; globalization; Itajaí Middle Valley; planning; regional development; regulation; sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Esta contribuição visa examinar alternativas para o Médio Vale do Itajaí (MVI) na perspectiva de um planejamento do desenvolvimento regional sustentável. Parece, à primeira vista, que o conteúdo deste artigo está erigido sobre os alicerces do *desenvolvimento sustentável*, abordagem popularizada a partir da publicação do Relatório Brundtland (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988). Na verdade, parte-se dos pressupostos teóricos *regulacionistas*, mais sólidos, que permitem aos analistas do desenvolvimento e planejadores do espaço, apreender de forma mais adequada a riqueza e a complexidade dos fenômenos sócio-econômicos contemporâneos (Boyer, 1990; Brenner & Glick, 1991; Hübner, 1990; Jessop, 1990; Theis, 1998a).

Considerando, de um lado, que o espaço disponível não permite detalhar a abordagem teórica empregada e, de outro, que a *teoria da regulação* é suficientemente conhecida (por isso, dispensando apresentações), proceder-se-á somente a uma rápida revisão dos conceitos mais importantes do ponto de vista dos propósitos deste artigo.

A abordagem da regulação surge nos anos setenta na França e enfatiza o papel das mudanças contínuas engendradas pelo processo de acumulação ao longo do processo de desenvolvimento capitalista (Benko & Dunford, 1991). De forma geral, a *teoria da regulação* pode ser compreendida como uma tentativa analítica de explicar as mudanças provocadas pelas crises por que passam as formações sociais capitalistas. Ela procura diferenciar períodos de desenvolvimento, apreender dinamicamente as relações sociais dominantes em cada período de desenvolvimento e, assim, compreender os processos concretos de desenvolvimento em formações sociais capitalistas (Hübner, 1990).

Entre as diversas categorias empregadas pela teoria da regulação, tem maior importância a de *modelo de desenvolvimento*. Considerando o espaço nacional de cada formação social, um modelo de desenvolvimento constitui-se de três dimensões básicas: (a) um *paradigma tecnológico*, também chamado de modelo de industrialização, que corresponde aos princípios gerais da organização do trabalho; (b) um *regime de acumulação*, isto é, o modelo macroeconômico;

e (c) um *modo de regulação*, que corresponde ao sistema de regras de coordenação¹.

Observe-se que diferentes *modelos de desenvolvimento* correspondem a períodos de estabilidade econômica e social alternados por períodos de crise. Por isso, os regulacionistas propõem uma *periodização* dos modelos de desenvolvimento². O modelo de desenvolvimento melhor estudado é o fordismo³. O *fordismo periférico* é a forma assumida pelo modelo de desenvolvimento fordista nas formações sociais periféricas⁴.

Isto posto e considerando o propósito acima referido (examinar alternativas sustentáveis para o MVI), o presente artigo inclui, além desta (1) introdução, as seguintes seções: (2) da crise do fordismo para um "novo" modelo de desenvolvimento; (3) globalização, flexibilidade e novos espaços industriais; (4) crise do fordismo periférico e reestruturação produtiva no Brasil; (5) caracterização da presente crise da economia regional e o papel da indústria têxtil; (6) a sustentabilidade do desenvolvimento regional; (7) análise de alternativas sustentáveis para o MVI e (8) considerações finais.

2 DA CRISE DO FORDISMO PARA UM "NOVO" MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Considera-se 1914 o ano do início (simbólico) do fordismo, i.é. do modelo de desenvolvimento capitalista que se caracterizou pela produção e pelo consumo em massa. Naquele ano Henry Ford introduziu o dia de trabalho de oito horas a cinco dólares. Entretanto, o fordismo se desenvolveu consistentemente apenas a partir de 1945. Na verdade, o modelo de desenvolvimento fordista compreende o longo *boom* do pós-guerra até 1973, sustentado por um certo conjunto de práticas de controle do trabalho,

¹ Veja-se sobre a categoria *modelo de desenvolvimento* e suas dimensões Aglietta (1979), Boyer (1990), Brenner & Glick (1991), Leborgne & Lipietz (1992, 1994) e Lipietz (1985, 1986, 1987, 1992); também *bloc social* (Lipietz, 1987) e *paradigme social* (Lipietz, 1991, 1994) são, às vezes, consideradas dimensões constitutivas de um *modelo de desenvolvimento*.

² Veja-se sobre a *periodização* de modelos de desenvolvimento Blumenschein & Theis (1995), Boyer (1990), Brenner & Glick (1991), Hübner (1990) e Lipietz (1992).

³ Veja-se sobre o modelo *fordista* Elam (1990), Foster (1988), Harvey (1990), Leborgne & Lipietz (1988), Lipietz (1986, 1992), Peck & Tickel (1992), Raff (1988), Whaples (1990) e Williams et al. (1992).

⁴ Veja-se sobre o modelo *fordista periférico* Clerc et al. (1983), Lipietz (1982, 1984a, 1984b, 1987, 1989), Ruccio (1989) e Töpfer (1993).

alternativas tecnológicas, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico (Harvey, 1990).

O fordismo baseou-se num “paradigma tecnológico”, i.é. num conjunto de processos de trabalho, que envolveu uma combinação de taylorismo e mecanização no interior de grandes firmas multidepartamentais, que subcontratavam certas tarefas junto a outras (grandes) firmas, estas seguindo os mesmos princípios das primeiras (Lipietz, 1992).

O fordismo também teve por base um “regime de acumulação” que resultou das seguintes características: Em primeiro lugar, a produção em massa, que envolveu uma forte polarização entre trabalhadores qualificados e operários desqualificados, uma crescente mecanização que levou a altos índices de produtividade e um crescimento no volume de bens de capital por trabalhador. Em segundo, a correspondente geração de meios monetários, i.é. um crescimento real de salários, que faziam face aos aumentos de produtividade e garantiam a demanda (em massa) da produção em massa. Em terceiro, uma conseqüente estabilidade dos lucros das empresas, que utilizavam a plena capacidade de produção e, portanto, propiciavam o pleno emprego dos meios de produção da economia (Lipietz, 1992).

Finalmente, o fordismo se assentou num “modo de regulação” peculiar. A mais importante característica do modo de regulação fordista se refere à legislação social, que garantiu níveis de salário-mínimo e generalizou acordos coletivos, que obrigavam empregadores a concederem aumentos anuais de salários aos trabalhadores, compatíveis com aumentos de produtividade. Outra característica diz respeito ao *welfare-state*, o estado de bem-estar, um sistema de seguridade social avançado, que garantiu aos trabalhadores (de fato, a toda população) a permanência de sua condição de consumidores, mesmo quando eles eram obrigados a parar de trabalhar por motivos de doença ou desemprego. Uma terceira peculiaridade está associada à generalização do uso de crédito-dinheiro (i.é. de papel-moeda) através de bancos privados. Embora controlados por bancos centrais, os bancos privados cumpriam a função de atender à demanda por moeda da economia através da generalização do uso de crédito, de forma que a disponibilidade de dinheiro não representava mais, como antes, uma contrapartida de reservas de ouro ou equivalente (Lipietz, 1992). Em resumo, o fordismo consistiu em:

□ uma organização da produção restrita aos grupos dominantes (empregadores, tecnocratas), resultado do predomínio de um paradigma tecnológico baseado na separação entre atividades operativas e intelectuais do processo de trabalho;

□ uma participação dos assalariados (i.é. a maior parte da população) nos ganhos de produtividade em função de um conjunto de formas de regulação, de maneira tal que níveis elevados de pleno emprego podiam ser assegurados;

□ um sistema que garantia aos trabalhadores estes “benefícios”, diretamente como salários ou indiretamente através do estado de bem-estar, mas em todo caso em forma de dinheiro, que permitia acesso aos bens e serviços produzidos pela economia;

□ uma economia de pleno emprego e de consumo em massa, objetivos do progresso técnico e do crescimento econômico; o Estado orientava a sua ação para a consecução destes objetivos.

Com o tempo, porém, o compromisso fordista conduziu a uma crescente *rigidez*. No fim dos anos sessenta o fordismo finalmente entrou em crise (Harvey, 1990, p. 140-141). A crise do modelo fordista de desenvolvimento atingiu o seu auge entre 1973 e 1979. A saída para a crise proposta pelas tendências liberal-productivistas - e colocada em prática por Margaret Thatcher (Grã-Bretanha) e Ronald Reagan (Estados Unidos) no início dos anos oitenta - assentar-se-ia na *flexibilidade*.

A chamada acumulação flexível, que parece caracterizar um “novo” modelo de desenvolvimento, está relacionada com a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos mercados de bens e serviços e dos padrões de consumo. Novos gêneros industriais, novas formas de provisão de serviços financeiros, novos mercados e altas taxas de inovação tecnológica e organizacional caracterizam setores e regiões geográficas baseados no primado da flexibilidade.

Mas, a crise do fordismo trouxe de volta o argumento pré-keynesiano de que o livre mercado poderia estabelecer, automaticamente, um novo modelo de desenvolvimento. Este argumento vem dominando os principais órgãos de regulação internacional como a OECD, o Banco Mundial e, sobretudo, o FMI. As estratégias destes órgãos, somadas às políticas neoconservadoras dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, produziram uma nova configuração internacional, um esboço de uma nova divisão internacional do trabalho. Que influências, porém, essa nova configuração internacional passou a exercer sobre os países periféricos? A internacionalização, nos anos oitenta, deste novo modelo de desenvolvimento baseado no primado da flexibilidade teve algumas conseqüências relevantes para os países periféricos.

Embora o novo modelo de desenvolvimento venha se concretizando como resultado da crise do fordismo nos países centrais, foram os países periféricos que assumiram o ônus da saída da crise, sobretudo na forma dos altos

custos implicados pela dívida externa. Em outras palavras: os ajustamentos postos em prática permitiram solucionar a crise do fordismo às custas dos mesmos perdedores de sempre. Ademais, estes ajustamentos têm conduzido à construção de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países capitalistas centrais novamente asseguram a sua hegemonia. É claro que a nova divisão internacional do trabalho não representa, meramente, a soma de fordismo periférico, de um lado, e regiões e gêneros industriais nos quais predomina a flexibilidade, de outro. O capitalismo mundial realmente vem se *globalizando* e, no contexto de tal globalização, um novo modelo de desenvolvimento, baseado na acumulação flexível, vem tomando corpo.

3 GLOBALIZAÇÃO, FLEXIBILIDADE E NOVOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS

Aqui é importante esclarecer o que significa este processo de globalização da economia capitalista mundial no presente contexto⁵:

- a emergência de um mercado integrado, em que a economia capitalista mundial se torna uma zona única de produção e comércio;
- o aumento e uma combinação diferenciada de investimentos externos diretos;
- o domínio de empresas transnacionais, que definem em escala global o desenvolvimento, a fabricação e a distribuição de seus produtos;
- a internacionalização e a desregulamentação do setor financeiro e sua crescente importância relativamente ao setor produtivo;
- a aceleração das inovações tecnológicas;
- a incorporação de novas tecnologias informacionais aos processos produtivos;
- novas formas de intervenção do Estado;
- uma intensificação das lutas pela hegemonia internacional entre as principais forças capitalistas;
- o aumento do fosso que separa os países capitalistas centrais dos periféricos.

⁵ Veja-se, entre outros, Agosin & Tussie (1993), Altvater & Mahnkopf (1997), Chesnais (1996), Gill (1992), Hirst & Thompson (1992), Petrella (1996), Power (1997) e Storper (1992).

As características acima indicam uma considerável ruptura com a velha divisão internacional do trabalho, i.é. com o modelo de desenvolvimento fordista. Todavia, o modelo de desenvolvimento que vem emergindo e a nova divisão internacional do trabalho - compatível com o processo de globalização da economia capitalista mundial - que está se configurando, apresentam desafios à imaginação de analistas do desenvolvimento e planejadores do espaço. A pergunta que cabe é: o que acontece com os espaços econômicos locais, com as economias regionais, no contexto da globalização em marcha?

Com freqüência são lembrados casos bem sucedidos de reestruturação de antigos espaços econômicos e de surgimento e fortalecimento de novas economias regionais. Convém distinguir dois modelos: (a) os espaços produtivos baseados em alta densidade tecnológica e (b) os novos distritos industriais (Krätke, 1996).

No primeiro caso, são conhecidos os exemplos de Silicon Valley (Califórnia/USA), Orange County (Califórnia/USA), Route 128 (Boston/USA), Corredor M4 (Grã-Bretanha), a região de Cambridge (Grã-Bretanha), a região de Grenoble (França) e a região de Montpellier (França). No segundo caso, destacam-se: Emilia Romagna (a Terceira Itália), Baden Wuertenberg (Sul da Alemanha), a região do Jura (Suíça) e a região de Jütland (Dinamarca).

O que, porém, está por trás da reestruturação bem sucedida e do surgimento e fortalecimento das economias regionais acima listadas? Não existem respostas fáceis. Vale lembrar, porém, que ascensão e queda de espaços econômicos são condicionados pela presença, em maior ou menor grau, de certas dimensões como: arranjos tecnológicos, mercados de trabalho e relações industriais, culturas e normas gerenciais, estruturas de mercado e formas de competição inter-capitalista e instituições regulatórias em nível setorial, regional, nacional e internacional (Scott & Storper, 1992, p. 9).

Contudo, a mera presença dessas dimensões num dado espaço econômico local não significa garantia de sustentabilidade do processo de desenvolvimento regional. As evidências colhidas por Scott & Storper (1992) indicam a necessidade de bases institucionais, a partir das quais as economias regionais podem ter êxito. São elas: intensificação das transações inter-firmas, ênfase na inovação tecnológica, requalificação permanente da força de trabalho e dinamização do mercado de trabalho e *priorização do planejamento não-estatal do desenvolvimento regional* (grifo meu).

Entre as várias experiências de desenvolvimento regional bem sucedidas nos países centrais, incluem-se também os exemplos das assim chamadas conferências regionais da Alemanha. Tratam-se de complexas redes de cooperação que reúnem organizações empresariais, sindicatos, administrações locais,

institutos de pesquisa e universidades. Essas redes elaboram cenários de desenvolvimento regional, preocupando-se com as oportunidades de desenvolvimento, com os pontos de estrangulamento da economia regional e nacional e com a antecipação dos custos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento (Esser et al., 1995).

Assim, a globalização da economia capitalista mundial e o surgimento de novos espaços industriais estão interligados. Em que medida, todavia, esses fatos influenciaram a reestruturação produtiva no Brasil?

4 CRISE DO FORDISMO PERIFÉRICO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

Uma das conseqüências da internacionalização do “novo” modelo de desenvolvimento para alguns países periféricos foi a necessidade de reestruturação de suas economias, com vistas à superação das dificuldades decorrentes do endividamento externo. A hipótese que orienta a presente análise sustenta que:

- o endividamento externo tornou-se um problema para o Brasil;
- em conseqüência deste problema foi necessário gerar elevados saldos comerciais;
- as exportações aumentaram na medida em que a economia brasileira se reestruturava;
- esta reestruturação, coerente com os processos de flexibilização em curso, vem tendo importantes implicações sócio-espaciais.

Entre 1945 e 1980, enquanto a produção industrial mundial cresceu a taxas médias de 4% ao ano, a produção industrial brasileira pôde experimentar taxas médias de crescimento anual de 8%. No fim dos anos setenta, época durante a qual a inflação estava “sob controle” e a dívida externa não representava um problema sério, o Brasil havia alcançado a sétima posição entre os países mais industrializados do mundo (Fritsch & Franco, 1991). Entretanto, o endividamento externo crescerá entre 1975 e 1993 mais de cinco vezes. De fato, a dívida externa brasileira se tornaria mesmo um problema só depois que os juros anuais subiram de US\$ 2,4 bilhões em 1977 para 12,5 US\$ bilhões em 1982. A estes valores também devem ser somados os da amortização, que cresceram menos que os relativos aos juros, mas que, somados a estes, correspondem a um montante não desprezível de recursos que saíram do país ao longo dos anos oitenta.

Ao lado dos problemas decorrentes da dívida externa podem ser lembrados também o segundo choque do petróleo (1979), a aceleração da inflação - convém lembrar aqui o fato de que no curso dos doze meses de 1993 a inflação atingiu 5.500%! - e o crescente desemprego dos anos oitenta⁶. Destes problemas, é preciso destacar o do desemprego, que se agrava neste final dos anos noventa.

No caso brasileiro, o desemprego dos anos oitenta estava relacionado à política de contração da demanda e esta à necessidade de geração de superávits comerciais. Por isso, o setor exportador experimentou crescimento e se tornou bastante dinâmico no período. Apenas a um número reduzido de empresas foi permitido escapar da fúria de austeridade que tomou conta das autoridades econômicas a partir de 1982.

Elevados saldos comerciais, necessários ao pagamento dos serviços da dívida externa, foram obtidos, a partir da primeira metade dos anos oitenta, como resultado das *políticas de austeridade* adotadas desde então. Em virtude do problema da dívida e das dificuldades dela resultantes, foram reduzidas drasticamente as importações. Isto, contudo, era insuficiente para gerar os saldos necessários. Assim, foi adotado um programa de modernização econômica que permitiu acelerar inovações tecnológicas e adaptar a estrutura industrial com vistas a contribuir para a elevação das exportações. Deficits foram acumulados até 1982 e, de então em diante, foram alcançados superávits crescentes. Isso mostra que as estratégias voltadas para a exportação não estavam em contradição com uma deliberada política recessiva.

Ressalte-se neste ponto que as autoridades econômicas brasileiras não atentaram para as conseqüências internas desta política - como o agravamento da inflação e do desemprego. Exceto no período de 1984 a 1987, as taxas de crescimento econômico realmente começaram a cair - como planejado, aliás. A questão que aqui se coloca é: esta política teve êxito? A economia brasileira conseguiu superar os seus problemas? E sobreviver a eles? A política econômica ortodoxa dos anos oitenta não pode ser considerada bem-sucedida. Problemas como dívida externa e elevados índices de desemprego não foram resolvidos. Entretanto, um fato incontestável é que a economia brasileira, agora baseada numa indústria que exporta, realmente experimentou uma considerável reestruturação.

A indústria como setor econômico não teve o melhor desempenho nos anos oitenta. Agricultura e serviços sobreviveram à crise em melhores condições. Em conseqüência, a participação relativa da indústria na estrutura da economia

⁶ O processo de simultânea ocorrência de inflação e desemprego, ao qual se dá o nome de estagflação, foi examinado da perspectiva da *teoria da regulação* por Lipietz (1985, p. 107-116).

brasileira em 1990 era menor que em 1985 e 1980. Mais: a demanda interna - especialmente a demanda da indústria - no fim dos anos oitenta caíra abaixo do nível alcançado no final dos anos setenta. Contudo, a outra face deste processo mostra algumas mudanças importantes na estrutura econômica brasileira. A redução das importações e ao incremento das exportações precisam ser relacionados dois fatos geralmente esquecidos: em primeiro lugar, houve uma considerável descentralização da estrutura econômica no período posterior a 1975; em segundo, a crise econômica dos anos oitenta afetou mais profundamente centros econômicos tradicionais, de forma que se pode observar uma interessante diferenciação regional dos seus custos.

A relação entre esses fatos é coerente com o que foi sugerido antes, i.é, a reestruturação da economia brasileira tem importantes implicações sócio-espaciais num contexto de crescente *flexibilização* das relações de produção.

Não se pode afirmar que a economia brasileira passou a integrar a nova divisão internacional do trabalho como quem fez a transição do fordismo para o "novo" modelo de desenvolvimento emergente. Pelo contrário: o Brasil foi forçado a encontrar um caminho - através do aumento de saldos comerciais, conseqüentemente das exportações, que obrigaram a uma modernização de uma parte de sua economia etc. - que lhe permitisse ter um lugar na nova configuração internacional. Os processos de flexibilização - especialmente no caso da indústria - podem ser considerados como ingredientes importantes da reestruturação econômica.

As conseqüências sociais da reestruturação econômica encontram expressão no crescimento da pobreza. Estima-se que o número de pessoas que no Brasil são excluídas de qualquer benefício do desenvolvimento chegue a 32 milhões. O crescimento da pobreza resulta do aumento das taxas de desemprego, da *informalização* desenfreada (de uma população economicamente ativa de aproximadamente 64 milhões de trabalhadores, apenas 40 milhões estão empregados), da redução do poder de compra do salário-mínimo, da forte concentração de renda (ao final dos anos oitenta, 10% da população controlavam 53% do PIB), da redução na oferta de produtos básicos (basic-need goods), etc. Estas conseqüências não podem ser dissociadas do processo mais geral de reestruturação econômica antes descrito. Para se compreender esse processo mais geral, convém dedicar alguma atenção aos seus efeitos espaciais.

Como foi mencionado, uma considerável descentralização da estrutura econômica brasileira teve lugar a partir de 1970, embora o sudeste brasileiro permaneça a macrorregião economicamente mais importante do país. Entretanto, o fato crucial é que, se em 1970 o sudeste ainda concentrava 79% da produção industrial brasileira, em 1985 ele controlava 66%. Considerando-se os estados-

membros, São Paulo lidera a produção industrial brasileira. A exemplo do que aconteceu com as macrorregiões, a participação do estado de São Paulo na produção industrial brasileira caiu de 56,6% em 1970 para 43,9% em 1985 (IBGE, diversos anos). Isso demonstra que outras regiões e outros estados brasileiros ganharam em importância econômica no período considerado. Entre estes estados destacam-se a Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina: eles experimentaram um desempenho superior ao dos demais estados brasileiros nos anos oitenta, o que corrobora o argumento de uma descentralização espacial da produção industrial - e da estrutura econômica - no Brasil.

5 CARACTERIZAÇÃO DA PRESENTE CRISE DA ECONOMIA REGIONAL E O PAPEL DA INDÚSTRIA TÊXTIL

O processo de ajustamento por que passaram as empresas têxteis locais, as que ainda dominam o espaço econômico regional, se deu no contexto da globalização da economia capitalista mundial e da reestruturação produtiva da economia brasileira já referidas. Antes, contudo, de tratar das empresas e do ajustamento por que passaram, é preciso caracterizar o *espaço econômico regional*.

Cabe lembrar, inicialmente, que em diferentes épocas, imigrantes europeus providos de conhecimento técnico e treinamento na produção manufatureira definiram os rumos do desenvolvimento industrial do nordeste catarinense. A indústria emergiu nesta região, basicamente em torno de Blumenau, em forma de estabelecimentos de pequena escala, com pouco suporte financeiro público ou multinacional e cresceu organicamente através do emprego quase exclusivo de capital local (Kohlhepp, 1968).

O atual município de Blumenau, que se localiza no médio curso do Rio Itajaí-Açu, foi fundado em 1850. A chegada contínua de grande número de colonos e o aporte de substanciais investimentos realizados ao longo de muitos anos por sociedades privadas de colonização, impulsionaram o desenvolvimento local, levando o governo a transformar o núcleo colonial de Blumenau num dinâmico centro regional.

A industrialização do Vale do Itajaí principia por volta do ano de 1880. Deste ano até a virada do século surgem em Blumenau - Hering em 1880, Karsten em 1882 - e Brusque - Renaux em 1892, Buettner em 1898 - pequenas firmas industriais nos ramos têxtil e de confecções. A partir de então, o processo de industrialização regional toma corpo, culminando com a entrada de produtos da indústria nascente no mercado brasileiro já após o término da Primeira

Guerra Mundial. Desde a instalação das primeiras firmas têxteis até os dias de hoje, a indústria do Vale do Itajaí, ainda baseada no ramo têxtil, desenvolveu-se extraordinariamente. Para resumir este desenvolvimento, pode-se recorrer à seguinte periodização⁷:

Resumo esquemático do desenvolvimento da economia regional

Período	Fase de desenvolvimento regional
Séc. XVII-1880	Passagem da economia de subsistência à economia primário - exportadora,
1880-1914	Emergência e formação da indústria,
1914-1945	Ascensão da indústria tradicional,
1945-1965	Diversificação da indústria e ascensão dos gêneros dinâmicos,
1965-1980	Aceleração da acumulação de capital e consolidação da indústria,
1980-1995	Crise da economia regional no contexto da crise brasileira e gradual perda de importância da indústria tradicional,
1995 em diante	Gradual ascensão de estruturas de acumulação flexível.

Sem desconsiderar a evolução da economia regional nas fases anteriores, a atenção aqui terá que se concentrar, por uma questão de espaço, sobre o período mais recente, i.é, a partir de 1980.

O período de 1980 a 1995 corresponde a uma fase de crise da economia do Vale do Itajaí em virtude da própria crise da economia brasileira anteriormente já caracterizada. Cumpre lembrar que o país se tornou, entre fins dos anos setenta e início dos anos noventa, prisioneiro de uma conjuntura externa desfavorável e, em consequência, de um modelo de desenvolvimento que rapidamente se esgotava. Altas taxas de juros lá fora, elevando sobremaneira os serviços da dívida externa, somaram-se a aumentos nos níveis de preços e desemprego aqui dentro. A necessidade de geração de saldos comerciais para fazer face aos serviços da dívida, obtidos mediante uma redução nas importações e uma elevação nas exportações, mais as restrições ao crédito e os achatamentos salariais, conduziram a uma recessão sem precedentes. O curto período de

⁷ Esta periodização é adaptada de Theis (1997) e se baseia nos trabalhos de Kohlhepp (1968), Mamigonian (1965), Renaux Hering (1987), Singer (1974) e Vidor (1995).

vigência do Cruzado não alteraria o perfil de uma década que, a 28 de fevereiro de 1986, já estava perdida.

É no âmbito da crise econômica brasileira dos anos oitenta, durante os quais o mercado interno se contrai violentamente, que a economia regional passaria por dificuldades anteriormente desconhecidas. Os ajustamentos que, em decorrência, passaram a ser realizados pelas grandes empresas têxteis de Blumenau, consideradas as *seis grandes* [Artex, Cremer, Hering, Karsten, Sulfabril e Teka], tiveram diferentes conseqüências (Theis & Kaiser, 1997).

Como pude demonstrar em outra oportunidade (Theis, 1997), a mais grave destas conseqüências é a redução drástica no nível de emprego. Lembremos que a importância das grandes empresas têxteis se deve ao fato de que eram, juntas - mas não só em Blumenau -, responsáveis pelo emprego de aproximadamente 37 mil trabalhadores e por um faturamento de 880 milhões de dólares em 1994. Embora essas empresas exportassem pouco até o começo dos anos oitenta, cinco delas passaram na década dos noventa a realizar vendas no mercado mundial superiores a 25% de sua produção - a exceção era a Cremer.

No caso específico de Blumenau, aconteceu um fenômeno interessante: entre 1985 e 1994 caiu o nível de emprego nas grandes empresas, mas o número de postos de trabalho nos gêneros têxtil e de confecções aumentou. O número de empregos no gênero têxtil pulou, neste período, de 16.438 para 21.991 e o de confecções de 6.014 para 7.471 (PMB, 1995). Mas, mais interessante é a evolução da participação dos gêneros têxtil e de confecções na economia local e do número de empregados por empresa no período.

Com relação à participação dos gêneros têxtil e de confecções na economia municipal, ela variou, surpreendentemente, para cima, passando de 60,2% em 1985 para 63,9% em 1994 (PMB, 1995). Isto significa que Blumenau se tornou, nos anos noventa, ainda mais dependente de uma estrutura monoindustrial do que já era no passado. A perda de importância relativa dos gêneros metalúrgico e de alimentos não foi suficiente para alterar substancialmente a estrutura industrial local.

É, porém, quanto ao número de empregados por empresa que se deu uma mudança mais significativa. O número de empresas pulou de 719 em 1985 para 1.824 em 1994 (PMB, 1995), um crescimento da ordem de 154%. Portanto, na média havia 51,8 empregados/empresa em 1985. No caso dos gêneros têxtil e de confecções, essa relação era, respectivamente, de 310,2 e 64,7. Em 1994 a média passou a 25,3 e para os gêneros têxtil e de confecções a 140,1 e 10,5 empregados/empresa, respectivamente.

Não há dúvidas de que a terceirização que teve lugar no período recente é responsável pelo processo de redução de trabalhadores por unidade produtiva

nos gêneros de maior importância relativa na economia regional e que a tese de Schiochet (1997) de uma integração verticalizada é confirmada pela análise empírica. Fica claro, em face do exposto, que o processo de reestruturação industrial antes referido foi levado a efeito com vistas à inserção das empresas têxteis locais na economia capitalista globalizada.

No entanto, permanecem não respondidas as seguintes questões: o ajustamento das empresas têxteis locais tornou-as, de fato, mais competitivas e, assim, as habilitou a participar do banquete econômico globalizado? O processo de ajustamento implica desemprego duradouro para a força de trabalho dispensada pelas empresas reestruturadas? Enfim, quais são as chances de sustentabilidade – não só econômica, mas também social e ambiental – do processo de desenvolvimento regional a partir dos movimentos recentes da economia local?

Se a emergência e o desenvolvimento da indústria local podem ser caracterizados como processos endógenos (Dias et al., 1987), o presente processo de acumulação no Vale do Itajaí – esta é a hipótese – vem se caracterizando antes pela flexibilização das relações de produção e da organização do trabalho. Tome-se o exemplo da indústria têxtil, o ramo que historicamente teve maior importância na economia de Blumenau: para além do desemprego antes referido se evidenciam diversas mudanças no interior das firmas, como também alterações nas relações inter-firmas, observando-se o surgimento de redes entre produtores têxteis, inclusive entre firmas de diferente porte (Storper, 1990, p. 434) – condição para a sua inserção na economia capitalista globalizada.

6 A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para se examinar o desenvolvimento regional a partir da perspectiva de sua sustentabilidade econômica, social e ambiental, convém fazer breve referência à definição de desenvolvimento sustentável:

“O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres [...]; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 46).

Embora o desenvolvimento sustentável permaneça uma abordagem teoricamente vaga e empiricamente imprecisa (Blumenschein & Theis, 1995; Drummond & Marsden, 1995; Ribeiro, 1992), *necessidades* e *limitações* constituem parâmetros com os quais se pode trabalhar o conceito de sustentabilidade. Assim, pode-se identificar desenvolvimento sustentável com sustentabilidade social (derivada do parâmetro “necessidades”) e sustentabilidade ambiental (derivada do parâmetro “limitações”). Necessidades sociais e limitações ambientais, todavia, precisam ser contextualizadas histórica e espacialmente. No caso em questão, trata-se do *presente* desenvolvimento da *região do MVI*⁸.

Se forem observadas tanto as *necessidades sociais* quanto as *limitações ambientais*, o desenvolvimento sustentável deverá orientar-se para uma interação “cooperativa” entre sociedade e meio ambiente, i.é, uma interação que implique benefícios sociais e ambientais superiores aos respectivos custos (Almeida Jr., 1994; Theis, 1998b).

Tal “interação cooperativa”, porém, só pode ser lograda por uma *sociedade sustentável* – uma sociedade baseada em valores cosmocêntricos, comunitários, altruístas, de tolerância e cooperação, mediatista, baseada numa visão holística e ecológica, uma sociedade, enfim, que privilegie a redução da taxa do fluxo energético-material e um controle crescente da poluição, que proteja a biodiversidade e a diversidade cultural, cujo processo produtivo se baseie na durabilidade dos bens e na elevação da qualidade de vida de seus membros (Almeida Jr., 1994, p. 296-297; Theis, 1998b, p. 59-60).

O planejamento do desenvolvimento regional sustentável, i.é. o planejamento que toma uma sociedade sustentável por referência, deve contemplar “necessidades” e “limitações” com vistas à elevação da sustentabilidade social e ambiental. Um tal planejamento, porém, também precisa ser considerado no contexto das relações entre capital e trabalho dominantes numa sociedade concreta, portanto, numa sociedade capitalista *não – sustentável*. Assim, é indispensável que se considere o caráter das relações de produção dominantes nos espaços nos quais se quer desencadear processos de desenvolvimento que favoreçam a transição para uma sociedade *mais sustentável* (Redclift, 1989).

Mas, que importância tem, em particular, a sustentabilidade ambiental no MVI? Embora a região seja reconhecida pela colonização alemã e se destaque economicamente no contexto nacional, com alguma frequência os meios de comunicação alternam notícias sobre as origens germânicas de sua população e o desempenho de sua economia por manchetes dando conta de prejuízos

⁸ O MVI é formado pelos municípios de Apiúna, Acurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó.

provocados por enchentes que afligem seus municípios.

Documentos do século XVIII demonstram que o fenômeno enchentes deixava suas marcas na região há bastante tempo. Com o início do processo de colonização, passou a ser percebida a gravidade do problema, tendo os próprios colonizadores experimentado uma das maiores cheias no ano de 1852. Desde então, têm sido freqüentes as altas do Rio Itajaí em decorrência de períodos prolongados de chuvas ou de chuvas intensas num período menor (Cordero, 1992; Frank, 1992). Presume-se que a grande enchente ocorrida no ano de 1983, quando as águas chegaram à marca de 15,37m em Blumenau, tenha provocado prejuízos de US\$ 1 bilhão, inundando praticamente 1/3 das residências e desalojando 50 mil pessoas na região durante os 10 dias que durou. Em algum grau, todos os municípios que integram a região sofreram as conseqüências desta enchente (Frank, 1989).

7 ANÁLISE DE ALTERNATIVAS "SUSTENTÁVEIS" PARA O MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

Dada a exigüidade do espaço, não é possível analisar o papel de cada ator social envolvido no processo de reorganização da economia regional. Isto não quer dizer que sindicatos de trabalhadores, empresas, associações empresariais, institutos de pesquisa, universidades e governos dos diferentes níveis não venham refletindo sobre os rumos do desenvolvimento do MVI. Não obstante, restringir-me-ei a algumas proposições que poderiam ser consideradas por quem lida com o planejamento do desenvolvimento regional na perspectiva de sua sustentabilidade econômica, social e ambiental. São elas:

- a promoção da educação;
- o apoio à pesquisa em ciência e tecnologia;
- a organização do financiamento de novos investimentos;
- a realização de investimentos em infra-estrutura;
- a prevenção da degradação do meio ambiente;
- a criação de uma rede regional de segurança social.

Algumas em maior e outras em menor grau, essas proposições poderiam ser consideradas como formas alternativas de intervenção no processo de desenvolvimento regional - mesmo no contexto de uma economia capitalista. Com vistas à sustentabilidade do processo de desenvolvimento regional, cabe lembrar:

Em primeiro lugar, a questão da promoção da pesquisa em ciência e tecnologia: é conhecida a experiência do Pólo de Software de Blumenau. Presume-se que mais de 240 micro e pequenas empresas produtoras de software estejam ativas neste município. Uma grande parte delas nasceu do CETIL, que por sua vez surgiu a partir das necessidades da indústria têxtil local. Uma parcela crescente surge e se desenvolve através da contribuição da Universidade. Minha hipótese é que o Pólo de Software é estratégico para a sustentabilidade do desenvolvimento regional. Não apenas o *setor informática* ganha, mas os gêneros tradicionais também, se identificarem os potenciais de informatização e automação existentes. Entretanto, a melhor novidade que o Pólo de Software pode oferecer é o potencial para a emergência de espaços econômicos alternativos como os listados acima, baseados nas experiências dos distritos industriais e no desenvolvimento de atividades com elevada densidade tecnológica.

Em segundo lugar, a questão da prevenção da degradação ambiental: a economia mundial está voltando os olhos para as certificações ISO 14.000 e, em conseqüência, o mercado consumidor dos países centrais faz investigações detalhadas sobre a origem das mercadorias e sobre os processos de produção. Existe um potencial para a produção de bens e prestação de serviços demandados local, regional, nacional e internacionalmente com base em critérios ecológicos. Minha outra hipótese é que a economia regional reúne condições suficientes para entrar, em condições de competir, na briga por mercados exigentes quanto a especificações ambientais e por produtos adaptados a uma economia ecologicamente menos destrutiva.

Em terceiro lugar, alguns esforços têm sido orientados no sentido de apoiar iniciativas econômicas que signifiquem, simultaneamente, geração de emprego e renda, e gestão participativa. A despeito de essas iniciativas estarem, no momento, limitadas a salvar postos de trabalho (o que as cooperativas de trabalho organizadas pelas empresas consolidadas da região também fazem), o seu potencial é indiscutível. O grande avanço fica por conta da forma de gestão: os próprios trabalhadores são estimulados a tomar a administração em suas mãos. Experiências em Blumenau, Indaial e Brusque mostram - por exemplo - que os resultados em termos de ganhos de produtividade têm melhorado.

Em quarto lugar, uma questão da estratégia: a intervenção no processo de desenvolvimento regional passa - esta é outra hipótese - pela articulação de alianças estratégicas entre as várias esferas estatais (governos municipais, estadual, federal), a associação de municípios (AMMVI), os institutos de pesquisa, a universidade (FURB), as associações empresariais, os sindicatos de trabalhadores e as entidades ambientalistas.

Existem várias possibilidades de se enfrentar a crise por que passa a

economia regional. O fato de Blumenau ser o município economicamente mais importante da região tem significado que a população deste município tem tido que pagar o alto preço da reestruturação econômica antes descrita. No entanto, a posição privilegiada de Blumenau pode também indicar alternativas econômica, social e ecologicamente viáveis de desenvolvimento regional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal conclusão deste trabalho é que a economia do MVI vai continuar se assentando na produção têxtil e de confecções por um período ainda considerável. As presentes dificuldades por que passam esses gêneros industriais implicam liberação de força de trabalho que, em parte, permanece ocupada na indústria têxtil e de confecções (ou em cooperativas de trabalho e em facções verticalmente integradas à tradicional indústria têxtil local ou em microempresas desvinculadas das seis grandes e criadas como alternativas de sobrevivência). É neste quadro que as várias experiências de reestruturação bem sucedidas podem oferecer lições importantes. Uma análise mais detalhada dos problemas e das vantagens associados a essas experiências pode oferecer parâmetros para as alternativas de desenvolvimento regional para o MVI. Há, contudo, certas prioridades de desenvolvimento regional que podem ser destacadas (Theis, 1997):

- Pólo de Software e atividades econômicas baseadas em alta densidade tecnológica,
- apoio a processos produtivos ecologicamente limpos e estímulos à produção de equipamentos voltados para o *mercado verde*,
- concentração de esforços e recursos na geração de empregos vinculados a iniciativas que privilegiem a gestão pelos próprios produtores,
- promoção de alianças estratégicas entre governos (municipais, estadual e federal), associação de municípios (AMMVI), institutos de pesquisa, universidade (FURB), associações empresariais, sindicatos de trabalhadores e entidades ambientalistas.

Estas prioridades, entretanto, estão condicionadas pela dinâmica das economias brasileira e mundial, cabendo lembrar aqui que:

- a velha divisão internacional do trabalho assentada na generalização do modelo de desenvolvimento fordista quebrou,
- uma nova divisão internacional do trabalho baseada em estratégias de

acumulação flexível vem emergindo,

- os ajustamentos realizados com vistas a concretizar esta nova divisão internacional do trabalho continuam sendo feitos às custas dos países periféricos,
- através do endividamento externo, muitos destes países (como o Brasil) foram forçados a reestruturar as suas economias,
- no particular caso do Brasil, a reestruturação econômica teve importantes conseqüências espaciais e sociais,
- as implicações espaciais, que podem ser consideradas positivas, levaram a uma descentralização das atividades econômicas, especialmente a uma reestruturação industrial,
- como efeitos negativos dos ajustamentos econômicos, o Estado em geral e as administrações públicas locais em particular reduziram drasticamente seus investimentos.

Se, contudo, considerarmos a aspiração da população do MVI por melhores condições materiais de vida, então se coloca a pergunta: que perspectivas se abrem para a adoção de um planejamento orientado para o desenvolvimento sustentável da região?

Tendo em vista que “as necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 47), o desafio consiste em identificar as condições mais adequadas para a adoção de estratégias alternativas de desenvolvimento, fundadas na *sustentabilidade social* (voltada para a resolução do problema das “necessidades”) e na *sustentabilidade ambiental* (voltada para a resolução do problema das “limitações”).

Tais estratégias podem ser compatíveis com os princípios de descentralização e autodeterminação da vida econômica. Ademais, é necessário transitar dos padrões insustentáveis de produção, troca e consumo hoje dominantes para padrões social, econômica e ambientalmente mais sustentáveis de desenvolvimento, que privilegiem – através da participação das comunidades locais e regionais – a satisfação de necessidades básicas da população com eficiência econômica e prudência ecológica (Leff, 1986, p. 81). Se as evidências indicam que a humanidade abandonou, por enquanto, o sonho de uma sociedade não-capitalista – e que, por isso, ela precisa escolher, neste amanhecer do século XXI, entre algumas poucas alternativas que o capitalismo lhe impõe – também é certo que essa opção pode continuar tendo uma sociedade sustentável, não-capitalista, por referência (Lipietz, 1996, p. 118).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M. *A theory of capitalist regulation: the US experience*. London: New Left Books, 1979.
- AGOSÍN, M. R., TUSSIE, D. Globalización, regionalización y nuevos dilemas en la política de comércio exterior para el desarrollo. *El Trimestre Económico*, n. 239, p. 559-599, 1993.
- ALMEIDA Jr., J. M. G. Desenvolvimento ecologicamente auto-sustentável: conceitos, princípios e implicações. *Humanidades*, v.10, n. 4, p. 284-299, 1994.
- ALTVATER, E., MAHNKOPF, B. *Grenzen der Globalisierung: Ökonomie, Ökologie und Politik in der Weltgesellschaft*. 2. ed. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1997.
- BENKO, G., DUNFORD, M. Structural change and the spatial organisation of the productive system: an introduction. In: BENKO, G., DUNFORD, M. (Orgs.). *Industrial change and regional development: the transformation of new industrial spaces*. London, New York: Belhaven Press, 1991. p. 3-23.
- BLUMENSCHNEIN, M., THEIS, I. M. Teoria da regulação e desenvolvimento sustentável: modelo de análise de estrangulamentos sócio-ambientais de processos de desenvolvimento em formações periféricas. *Geosul*, n. 19/20, p. 24-50, 1995.
- BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BRENNER, R., GLICK, M. The regulation approach: theory and history. *New Left Review*, n. 188, p. 45-119, 1991.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Trad. S. F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CLERC, D. et al. *La crise*. Paris: Syros, 1983.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- CORDERO, A. As enchentes do Vale do Itajaí têm solução? *Dynamis*, v.1, n. 1, p. 29-35, 1992.
- DIAS, J. R. S. et al. *Santa Catarina: immigrants and industry*. São Paulo: Ed. Rios, 1987.
- DRUMMOND, I., MARSDEN, T. K. Regulating sustainable development. *Global Environmental Change*, v. 5, n.1, p. 51-63, 1995.
- ELAM, M. J. Puzzling out the post-fordist debate: technology, markets and institutions. *Economic and Industrial Democracy*, v. 11, n.1, p. 9-37, 1990.
- ESSER, K. et al. Competitividade sistêmica. *Textos de Economia*, v. 6, n.1, p. 171-203, 1995.
- FOSTER, J. B. The fetish of fordism. *Monthly Review*, v.39, n.10, p. 14-33, 1988.
- FRANK, B. Caracterização da bacia do Itajaí. *Anais do 2. Encontro Nacional de Estudos sobre Meio Ambiente (v. 2)*. Florianópolis, p. 12-21, 1989.
- _____. O tratamento do problema das enchentes na Bacia do Itajaí, Santa Catarina. *Dynamis*, v.1, n.1, p. 19-27, 1992.
- FRITSCH, W., FRANCO, G. H. B. Competition and industrial policies in a technologically dependent economy: the emerging issues for Brazil. *Revista Brasileira de Economia*, v.45, n.1, p. 69-90, 1991.
- GILL, S. Economic globalization and the internationalization of authority: limits and contradictions. *Geoforum*, v.23, n.3, p. 269-283, 1992.
- HARVEY, D. *The condition of postmodernity: an inquiry into the origins of cultural changes*. Cambridge/USA & Oxford/UK: Basil Blackwell, 1990.
- HIRST, P., THOMPSON, G. The problem of globalization: international economic relations, national economic management and the formation of trading blocs. *Economy and Society*, v.21, n.4, p. 357-396, 1992.
- HÜBNER, K. *Theorie der Regulation: eine kritische Rekonstruktion eines neuen Ansatzes der politischen Ökonomie*. 2. ed. Berlin: Sigma Bohn, 1990.
- IBGE. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.
- _____. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1984.
- _____. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1987.
- _____. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990.
- _____. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1994.

- JESSOP, B. Regulation theories in retrospect and prospect. *Economy and Society*, v.19, n.2, p. 153-216, 1990.
- KOHLHEPP, G. *Industriegeographie des nordöstlichen Santa Catarina, Brasilien. Ein Beitrag zur Geographie eines deutschbrasilianischen Siedlungsgebietes*. Heidelberg: Universitaet Heidelberg, 1968.
- KRÄTKE, S. Regulationstheoretische Perspektiven in der Wirtschaftsgeographie. *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie*, v.40, n.1-2, p. 6-19, 1996.
- LEBORGNE, D., LIPIETZ, A. New technologies, new modes of regulation: some spatial implications. *Environment & Planning D: Society & Space*, v.6, n.3, p. 263-280, 1988.
- _____. Conceptual fallacies and open questions on post-fordism. In: STORPER, M., SCOTT, A. J. (Orgs.). *Pathways to industrialization and regional development*. London, New York: Routledge, 1992. p. 332-348.
- _____. Nach dem Fordismus: Falsche Vorstellungen und offene Fragen. In: NOLLER, P. et al. (Orgs.). *Stadt-Welt: Über die Globalisierung städtischer Milieus*. Frankfurt a. M., New York: Campus Verlag, p. 94-111, 1994.
- LEFF, E. Ambiente y articulación de ciencias. In: LEFF, E. (Org.). *Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo*. México: UNAM/Siglo XXI, p. 72-125, 1986.
- LIPIETZ, A. Towards global fordism? *New Left Review*, n. 132, p. 33-47, 1982.
- _____. How monetarism has shocked Third World industrialization. *New Left Review*, n. 145, p. 71-87, 1984a.
- _____. *L'Audace ou l'enlèvement: sur les politiques économiques de la gauche*. Paris: Editions la Découverte, 1984b.
- _____. *The enchanted world: inflation, credit and the world crisis*. London: Verso, 1985.
- _____. New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation. In: SCOTT, A., STORPER, M. (Orgs.). *Production, work, territory*. Boston: Allen & Unwin, 1986. p. 16-40.
- _____. *Mirages and miracles: the crisis of global fordism*. London: Verso, 1987.
- _____. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, v.10, n.2, p. 303-335, 1989.

- _____. Demokratie nach dem Fordismus. *Das Argument*, v.33, n.5, p. 677-694, 1991.
- _____. *Towards a new economic order: postfordism, ecology and democracy*. New York: Oxford University Press, 1992.
- _____. Post-fordism and democracy. In: AMIN, A. (Org.). *Post-fordism: a reader*. Cambridge/USA, Oxford/UK: Basil Blackwell, 1994. p. 338-357.
- _____. Relações capital/trabalho no amanhecer do século XXI. In: MELO SOARES, R. M. S., SÀ FORTES, J. A. (Orgs.). *Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial*. Brasília: MTU/UnB, 1996. p. 85-122.
- MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*, v.27, n.3, p. 389-481, 1965.
- PECK, J. A., TICKEL, A. Local modes of social regulation? Regulation theory, Thatcherism and uneven development. *Geoforum*, v.23, n.3, p. 347-363, 1992.
- PETRELLA, R. Globalization and internationalization: the dynamics of the emerging world order. In: BOYER, R., DRACHE, D. (Orgs.). *States against markets: the limits of globalization*. London & New York: Routledge, 1996. p. 62-83.
- PMB. *Retrospectiva econômica de Blumenau 1985-1994*. Blumenau: Prefeitura Municipal de Blumenau, 1995.
- POWER, G. Globalization and its discontents. *Development*, v.40, n.2, p. 75-80, 1997.
- RAFF, D. M. G. Wage determination theory and the five-dollar day at Ford. *The Journal of Economic History*, v.48, n.2, p. 387-399, 1988.
- REDCLIFT, M. *Sustainable development: exploring the contradictions*. London, New York: Routledge, 1989.
- RENAUX HERING, M. L. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. FURB, 1987.
- RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: *Meio ambiente, desenvolvimento e reprodução: visões da Eco 92* (Textos de Pesquisa, n. 2). Rio de Janeiro: ISER, p. 5-36, 1992.
- RUCCIO, D. F. Fordism on a world scale: international dimensions of regulation. *Review of Radical Political Economics*, v.21, n.4, p. 33-53, 1989.

- SCHIOCHET, V. Modelos industriais: o caso de Blumenau. *A Notícia*, 16 mar. 1997, Caderno Econômico, p. 2.
- SCOTT, A., STORPER, M. Regional development reconsidered. In: ERNSTE, H., MEIER, V. (Org.). *Regional development and contemporary industrial response: extending flexible specialisation*. London, New York: Belhaven Press, 1992. p. 3-24.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Nacional, 1974.
- STORPER, M. Industrialization and the regional question in the Third World: lessons of postimperialism, prospects of post-fordism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.14, n.3, p. 423-444, 1990.
- _____. The limits to globalization: technology districts and international trade. *Economic Geography*, v.68, n.1, p. 60-93, 1992.
- THEIS, I. M. O papel da administração pública no desenvolvimento local: o caso de Blumenau. *Revista de Negócios*, v.2, n.2, p. 63-72, 1997.
- _____. A abordagem regulacionista dos fenômenos sócio-econômicos contemporâneos. *Revista de Negócios*, v.3, n.3, p. 7-18, 1998a.
- _____. Políticas públicas municipais e sustentabilidade sócio-ambiental: o caso da sub-bacia do Rio Benedito, Santa Catarina. *Geosul*, n. 26, p. 53-74, 1998b.
- THEIS, I. M., KAISER, W. Globalização, acumulação flexível e novos movimentos sociais urbanos: o caso de Blumenau, Brasil. *Terra e Cultura*, n. 26, p. 71-86, 1997.
- TÖPPER, B. Die Automobilindustrie: ein Paradigma für peripheren Post-Fordismus? *Peripherie*, n. 51/52, p. 171-189, 1993.
- VIDOR, V. *Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina*. Blumenau: Ed. FURB, 1995.
- WHAPLES, R. Winning the eight-hour day, 1909-1919. *The Journal of Economic History*, v.50, n.2, p. 393-406, 1990.
- WILLIAMS, K. et al. Ford versus Fordism: the beginning of mass production? *Work, Employment & Society*, v.6, n.4, p. 517-555, 1992.